

INSTRUÇÃO

NÃO CLASSIFICADO

INSTRUÇÃO

## **MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL  
2005/ 2006**

**EMD N.º 12 ESTUDO DE MÉDIA DURAÇÃO**

### **A CONTENÇÃO DO TERRORISMO TRANSNACIONAL E A SEGURANÇA NO MEDITERRÂNEO**



**CMG José Alfredo Monteiro Montenegro**

**18ABR2006**

INSTRUÇÃO

NÃO CLASSIFICADO

INSTRUÇÃO

## RESUMO

Este trabalho foca um tema que está no topo da actualidade da agenda internacional e nas preocupações diárias dos povos mediterrânicos.

Os processos multifacetados de transformação das sociedades imposto pelo ritmo da globalização, vai deixando pelo caminho regiões e povos que não conseguem adaptar-se à modernidade.

A arena internacional é menos dominada pelos Estados e os instrumentos tradicionais do poder são desafiados por poderes "erráticos" que não reconhecem fronteiras à geografia ou à violência indiscriminada. As crises de identidade levam à procura de vínculos culturais baseados no revivalismo religioso, passando a religião a ser usada como instrumento ao serviço de modalidades de acção violentas com o objectivo de derrubar os regimes seculares do mundo árabe.

A região mediterrânica transformou-se num espaço de conflitualidade permanente, impedindo o progresso das nações muçulmanas.

A comunidade internacional deu passos significativos no campo normativo para contrariar as novas ameaças, mas deixou ainda por resolver alguns conceitos fundamentais para a condução de operações anti terroristas.

As soluções para conter o terrorismo transnacional têm de ser encontradas no plano multilateral de forma a esbater diferenças e potenciar as sinergias próprias da acção cooperativa. É preciso aprender com os erros cometidos e persistir na senda do sucesso das iniciativas de cooperação já lançadas.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O CONTEXTO MUNDIAL .....</b>	<b>2</b>
2.1 A globalização .....	2
2.2 Uma nova ordem mundial .....	3
2.2.1 Duas visões em confronto .....	3
2.2.2 A evolução .....	4
<b>3. O FENÓMENO DO TERRORISMO .....</b>	<b>5</b>
3.1 Definição e tipologia .....	5
3.2 O terrorismo transnacional islâmico .....	7
3.2.1 O Islão .....	7
3.2.2 As causas e motivações .....	8
3.2.3 As questões da identidade e da modernidade .....	11
3.3 A Al-Qaeda como paradigma do terrorismo transnacional .....	13
3.4 Consequências das intervenções no Afeganistão e no Iraque.....	15
<b>4. O MEDITERRÂNEO. ÁREA DE CONFRONTO E DE PROXIMIDADE</b>	<b>17</b>
4.1 A geopolítica do Mediterrâneo .....	17
4.2 Unidades geopolíticas sub-regionais .....	18
4.2.1 Os Balcãs .....	18
4.2.2 O Médio Oriente.....	19
4.2.3 O Magrebe.....	20
4.3 As ameaças.....	20
4.3.1 Proliferação de armas de destruição massiva.....	20
4.3.2 Conflitualidade regional.....	21
4.3.3 Estados falhados.....	21
4.3.4 Crime organizado.....	22
4.3.5 Migrações.....	22
4.3.6 terrorismo.....	23
<b>5. O CONCEITO DE SEGURANÇA COOPERATIVA.....</b>	<b>24</b>
<b>6. CONTER O TERRORISMO TRANSNACIONAL.....</b>	<b>25</b>
6.1 O dilema da democracia no Islão.....	26
6.2 Medidas de contenção do terrorismo.....	27
6.3 O papel das forças militares.....	31
<b>7. AS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>8. CONCLUSÕES.....</b>	<b>36</b>

## **A CONTENÇÃO DO TERRORISMO TRANSNACIONAL E A ESTABILIDADE NO MEDITERRÂNEO**

### **1. Introdução**

Se outras razões não houveram, o 9/11 fez despertar o mundo do doce sonho do “fim da história”.

Os Estados Unidos da América, líder da nova ordem mundial, foram pela primeira vez na História alvo de um ataque no seu continente. O atacante não foi um Estado, nem um regime político, nem uma religião. Foi uma ideologia radical, que aposta no uso do instrumento do terror à escala global, para fazer vingar a sua perspectiva de um Islão unido por uma visão truncada de uma religião milenar, recusando o progresso, a modernidade e a supremacia dos direitos humanos.

A globalização continua a sua caminhada em movimento acelerado, deixando para trás os que não têm capacidade para a acompanhar. As desigualdades acentuam-se e, com elas, os sentimentos de injustiça e de exclusão, alimentando a intolerância e a violência indiscriminada.

Presentemente, o terrorismo transnacional de inspiração religiosa islâmica constitui um novo tipo de ameaça à segurança de pessoas e bens, só possível de ser contida num quadro multidisciplinar de cooperação internacional, dirigido simultaneamente às causas, à prevenção e às consequências.

A região mediterrânica é um dos principais palcos do terrorismo, tirando partido da instabilidade reinante e da assimetria económica e falta de diálogo cultural entre as nações do Norte e do Sul.

O combate ao terrorismo, enquanto ameaça transversal a todos os Estados mediterrânicos, pode e deve constituir um ponto de partida comum no caminho da aproximação e da promoção do desenvolvimento económico e da democracia.

Neste trabalho, cujo desafio principal é a identificação de medidas adequadas para conter o terrorismo transnacional e promover a estabilidade no Mediterrâneo, começa-se por apreciar de forma sumária as mudanças que têm ocorrido na ordem internacional e tipificar a forma de actuação, causas e

motivações do novo terrorismo que nela floresceu, para, em seguida, caracterizar a actual situação geopolítica do Mediterrâneo. Por fim, antecedendo algumas conclusões genéricas, faz-se uma breve incursão pelas causas que têm travado o progresso das iniciativas de diálogo e cooperação existentes entre os países mediterrânicos, com incidência no Partenariado Euro-mediterrânico, ao mesmo tempo que se propõe a adopção de algumas medidas complementares às já existentes, susceptíveis de contribuir para uma maior eficácia na contenção do terrorismo e para a dinamização da cooperação na região mediterrânica.

## **2. O contexto mundial**

### **A globalização**

O fenómeno da globalização pode ser definido, de uma forma simples, como o processo de crescente interacção entre sociedades, de tal forma que eventos ocorridos numa parte do mundo vão, de algum modo, afectar pessoas e sociedades distantes<sup>1</sup>.

À crescente influência dos movimentos globais na política, na economia e na sociedade internacional, corresponde um decréscimo dos poderes congéneres em que os estados fundam o seu poder. A tradicional distinção entre os assuntos internos e externos perdeu a sua razão de ser. O monopólio estatal do uso da força é hoje desafiado por grupos armados desterritorializados.

Porém, a globalização, pese embora a tendência massificadora, não se compadece com os que não conseguem acompanhar o seu ritmo de desenvolvimento, deixando para trás vastas regiões e camadas sociais, as quais não só não conseguem progredir, como até ficam condenadas a um processo de regressão.

Por outro lado, as fracturas sociais provocadas por esta iniquidade, são percebidas como o fruto da importação de valores alheios, normalmente associados com os padrões culturais ocidentais, alimentando assim a ideia de uma tentativa de retorno do imperialismo e do colonialismo ocidentais.

---

<sup>1</sup> Baylis and Smith, The Globalization of world politics, p. 8

## **Uma nova ordem mundial**

### **2.2.1 Duas visões em confronto**

A queda do Muro de Berlim em 1989 e a implosão da União Soviética em 1991, marcaram o fim do sistema bipolar nascido do final da 2ª Guerra Mundial. Como em outros períodos históricos que sucederam a confrontações militares, o final do conflito Leste-Oeste gerou uma onda de optimismo quanto ao futuro das relações entre estados, os quais, uma vez libertos dos perigos da confrontação armada, podiam agora, em paz, dedicar-se ao progresso e ao desenvolvimento dos povos.

A tese defendida por Francis Fukuyama no seu livro “O fim da história” apontava para a consagração definitiva do individualismo em contraposição ao colectivismo, e o início de uma nova era marcada pelos valores do liberalismo, da economia de mercado e da democracia. Constituía uma espécie de retorno à “paz perpétua” de Kant, fundada nos valores da liberdade, nos imperativos da razão e na necessidade ética do estabelecimento de uma “sociedade cosmopolita”. A paz democrática, baseada na convicção de que os estados liberais não fazem guerras entre si, é uma das traves mestras do pensamento neoliberal, o qual, segundo Ignacio Ramonet, impôs-se “como o grande vencedor do confronto Ocidente-Leste”<sup>2</sup>.

Os conflitos regionais em África e nos Balcãs vieram, no entanto, ensombrar o optimismo liberal e apoiar as teses realistas, segundo as quais a nova ordem internacional seria caracterizada, como sempre, pela competitividade, pela luta pelo poder e pela anarquia. É, em suma, o retorno a Hobbes e às três principais causas do conflito por si enunciadas no Leviatã: a competição, a desconfiança e a glória.

Já em 1989 Samuel Huntington chamava a atenção no seu artigo “Choque de civilizações”, para um novo tipo de conflitualidade com que a civilização ocidental iria ser confrontada, resultante de antagonismos culturais e identitários relacionados com aos valores dos direitos humanos, da democracia e do secularismo. Os conflitos futuros passariam, assim, a ocorrer primordialmente ao longo de linhas de fronteira e fractura entre civilizações.

---

<sup>2</sup> Ramonet, Ignacio, Guerras do Século XXI

O 9/11 e o terrorismo de inspiração islâmica radical pareceram vir dar razão a Huntington. Não se concordando com a sua tese, não se deixa de constatar que Bin Laden funda muita da sua propaganda naquilo que apelida de ataque ao Islão por parte do imperialismo judaico-cristão, e que, o mundo ocidental não consegue libertar-se de uma espécie de “complexo” de desconfiança em relação a tudo o que contenha a marca do Islão.

Não obstante o entendimento generalizado de que as fronteiras geográficas entre estados estão a tornar-se crescentemente irrelevantes em resultado da globalização e da tendência para a erosão do controlo estatal sobre vários campos que outrora não escapavam ao poder soberano, o Estado continua a ser a entidade política por excelência nas relações internacionais.

### **2.2.2 A evolução**

Mas, se o essencial se mantém no plano estatal, muito mudou no plano internacional. A ordem bipolar deu lugar à ordem unipolar. Com efeito, os EUA saíram da Guerra Fria como incontestáveis vencedores.

Os subsequentes alargamentos da NATO e da UE aos países de Leste criou uma nova dinâmica de cooperação em território europeu, mas que é vista pelo mundo árabe como uma secundarização da sua região.

A 1ª Guerra do Golfo tornou-se, também, um marco da nova realidade mundial. Embora o território e os recursos naturais não sejam já considerados como fonte de poder para as nações tecnologicamente avançadas, o controlo dos recursos petrolíferos constitui uma excepção.

Para os islamitas foi mais uma prova da voragem capitalista na exploração dos recursos energéticos do Islão e o pretexto para a instalação no mundo árabe de bases militares americanas.

A resposta americana ao 9/11 com a invasão do Afeganistão, o subsequente derrube do regime Taliban e o desmantelamento quase total da rede da Al-Qaeda, parecia ter constituído um passo de gigante na luta anti-terrorista, quanto mais não seja pelo apoio internacional que concitou.

Porém, a solidariedade internacional conquistada pelos EUA foi malbaratada com a invasão do Iraque em 2003. A Europa dividiu-se, os laços

transatlânticos enfraqueceram e o mundo islâmico sentiu-se objecto de um novo cruzadismo.

Os regimes mais radicais dos países do Mediterrâneo e do Médio Oriente, como o Irão, viram reforçada a sua liberdade de acção política interna e externa, ao passo que os governos mais moderados viram reduzir o espaço interno de manobra na aproximação ao Ocidente. As oposições nacionalistas e seculares tornaram-se permeáveis à penetração de ideologias fundadas na religião, os governos tendem a reforçar o autoritarismo, enquanto a “maioria silenciosa” de milhões de muçulmanos, amedrontada, mantém uma atitude de resignação e espera.

### **3. O fenómeno do terrorismo**

#### **Definição e tipologia**

A conceptualização do terrorismo tem por objectivos individualizar o terrorismo de outras acções de violência coerciva, encontrar um quadro de referência para as suas tipologias, acordar em medidas para o combater, estabelecer molduras criminais nos planos nacional e internacional e celebrar acordos multilaterais conducentes à criação de contextos regionais de segurança cooperativa.

São inúmeras e variadas as propostas de definição de terrorismo. A própria ONU, a despeito dos esforços havidos, não conseguiu ainda o consenso internacional nesta matéria, a tal não sendo alheia a posição de alguns estados nascidos das lutas de libertação colonial, bem como da maioria dos estados árabes face às questões territoriais associadas ao conflito com Israel.

Tem-se, assim, desde logo, uma dificuldade que até à data não foi possível ultrapassar, a qual assenta na diferença de percepção entre as vítimas da violência e os que a praticam, qualificando os primeiros de terrorismo aquilo a que os últimos chamam de luta pela liberdade.

A aparente impossibilidade em conseguir ultrapassar esta dicotomia perceptiva poderia levar a uma abordagem baseada numa moral universal, assente na razão, e portanto despida tanto quanto possível de roupagens ideológicas e de interesses particulares.



Tal tarefa apresenta-se também de difícil concretização uma vez que nos transporta para o campo dos valores, onde, uma vez mais, a questão da percepção decorrente das variáveis do espaço e do tempo, leva a diferenças na hierarquização dos referidos valores.

Será a liberdade um valor absoluto que, enquanto tal, constitua causa justa para por ela lutar independentemente dos métodos utilizados? “*Extremism in defense of liberty is no vice*”, afirmou o Senador americano Goldwater em 1964 para ilustrar o seu anti-comunismo durante uma campanha presidencial nos EUA<sup>3</sup>. Ou será o terrorismo “*mala in se*” e portanto injustificável perante a civilização humana?

Tais dificuldades não podem todavia servir de pretexto para que os Estados se eximam ao cumprimento dos seus objectivos teleológicos, em particular a segurança dos seus cidadãos.

Em consequência, os estados e as organizações internacionais foram adoptando definições individuais, baseadas em percepções próprias, a partir das quais constroem os edifícios jurídicos e os quadros de medidas preventivas que consideram mais adequados aos respectivos contextos interno e externo.

Assim, de entre as várias definições possíveis, apresenta-se a utilizada pela NATO, uma vez que é no seu quadro que uma parte significativa da campanha anti terrorista tem lugar. A NATO define terrorismo como o “emprego ou ameaça de emprego ilegal da força ou da violência contra pessoas ou bens para constranger ou intimidar governos e sociedades, com o fim de satisfazer objectivos políticos, religiosos ou ideológicos”.

A referência aos contextos interno e externo, conduz naturalmente a uma tipologia que divide o terrorismo em “doméstico” e “internacional”. O primeiro corresponde ao terrorismo cuja acção é desenvolvida dentro do território de um estado, ainda que, neste mundo globalizado e de fronteiras porosas, haja sempre factores externos envolvidos.

O “internacional” ou, noutras concepções, qualificado como “transnacional”, reflecte as actividades terroristas perpetradas através da infiltração dos seus actores em fronteiras de outros estados ou que tenham por objectivo alvos

---

<sup>3</sup> Gus Martin, Understanding Terrorism - Challenges, Perspectives and Issues, p. 9

estrangeiros no estado da sua origem e também o simbolismo internacional desses mesmos alvos.

Muitas outras classificações existem para o terrorismo em função da centralidade que se pretenda conceder aos seus elementos caracterizadores, como por exemplo o terrorismo de Estado, nas suas vertentes de política interna ou externa, ou o terrorismo “*factional*”, com os seus ramos ideológico, nacionalista, religioso e étnico.

### **O terrorismo transnacional islâmico**

#### **O Islão**

Conforme diz Bernard Lewis, é difícil caracterizar o Islão, a começar pelo significado da própria palavra, umas vezes usada para designar uma religião, outras vezes para designar a civilização que nela se fundou<sup>4</sup>.

Entretanto vulgarizou-se o uso do termo “fundamentalismo”, o qual teve origem num movimento cristão. A extensão deste qualificativo à religião islâmica parece abusiva porquanto a base normativa da vida dos muçulmanos tem na aplicação literal do Alcorão um dos seus pilares. Por isso, diz Esposito, seria mais correcto empregar a expressão “revivalismo (*tajdid*) islâmico”, a qual, para além de não ter um significado pejorativo e de possuir uma longa tradição no Islão, inclui, a par da “reforma” (*islah*), a noção de activismo político e social desenvolvidos ao longo dos catorze séculos de existência da civilização islâmica<sup>5</sup>.

Daí a sua preferência pelo uso de “islamismo” ou “Islão Político” para significar o actual movimento revivalista que percorre uma parte da comunidade muçulmana (*umma*).

Contrariamente ao que se passou com a expansão e afirmação do cristianismo, a religião islâmica consolidou-se em vida do seu fundador. Desta forma o profeta *Muhamad* tornou-se em Medina o líder absoluto da comunidade que aceitou a sua mensagem, exercendo a sua autoridade em todos os domínios da vida política e social, do judicial ao executivo, em guerra ou paz, conduzindo à

---

<sup>4</sup> Bernard Lewis, A Crise do Islão Guerra Santa e Terror Ímpio, p.29

<sup>5</sup> John Esposito, The Islamic Threat – Myth or Reality, p. 5

concentração dos poderes temporal e espiritual numa só personagem, autoridade essa herdada pelos seus sucessores, os *Khalifas*.

É por isso que no pensamento islâmico tradicional não existe o conceito de Estado. O Estado é uma construção ocidental, que apenas entrou de forma clara no mundo islâmico com a partilha territorial do império Otomano e os movimentos independentistas que se lhe seguiram.

O Islão é, assim, de acordo com Maria José Pinto, “um sistema, não apenas espiritual-religioso, mas também ideológico”. “...é acima de tudo, um modo de vida que permeia e molda o tecido social”<sup>6</sup>.

Enquanto sistema político e ideológico que busca o poder para impor uma dada ordem social, torna-se também num movimento que naturalmente acolhe diversas tendências, e daí a classificação do islamismo em, por exemplo, radical ou moderado, podendo ainda aquele manifestar-se nas suas variantes violenta e não violenta.

### **As causas e as motivações**

- **Causas**

Quando se fala em causas há que distinguir entre as noções que identificam a causa com o efeito ou a causa com a razão. A noção causa-razão tende a arrastar consigo a ideia de justificação, da existência de um limiar de razão suficiente para justificar uma acção, o que leva à relativização dos actos. Nesta noção, a busca e inventariação das causas do terrorismo, passaria a constituir um processo de desculpabilização ou de submissão do terrorismo ao escrutínio tomista de guerra justa, o que se afigura inaceitável.

Aliás, foi este o entendimento que resultou da Cimeira Mundial da ONU em Setembro de 2005, onde os líderes mundiais, embora sem acordar numa definição de terrorismo, condenaram-no “*in all its forms and manifestations, committed by whomever, wherever and for whatever purposes*”.

Assim, prefere-se o uso da noção causa-efeito, a qual permite relacionar as causas com os efeitos motivacionais que geram, constituindo o terrorismo apenas uma modalidade de acção violenta ao serviço de várias motivações.

---

<sup>6</sup> Maria José Pinto, *Infiéis na terra do Islão: Os estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*, p. 20

São muitas e variadas as causas apontadas para o aparecimento dos movimentos revivalistas islâmicos. Em todos parecem ser claros os sentimentos de ódio, raiva, ressentimento e frustração pelo evidente estágio de subdesenvolvimento das respectivas sociedades, tornado tão mais óbvio quando comparado com o progresso do Ocidente que simultaneamente atrai e repele.

Embora o esplendor da civilização islâmica seja por vezes afirmado de modo exagerado por alguns historiadores árabes, não deixa de ser verdade que até ao século XVII o dinamismo do Islão foi superior a uma Europa enfraquecida pelas guerras da religião. Na Idade Média eram os europeus que se deslocavam às terras do império muçulmano para contactarem com as inovações científicas.

No plano económico o Islão não conseguiu reagir à concorrência imposta pelas rotas comerciais marítimas abertas pelos portugueses e, sobretudo, pela perda do monopólio da produção e comercialização do café, do açúcar e do algodão, que passaram a ser importados das Américas.

No campo das ideias, enquanto a Europa produziu o Iluminismo e conseguiu separar a religião da ciência e do pensamento filosófico e político, o Islão continuou agarrado ao monolitismo político-religioso e a uma atitude de impermeabilidade às inovações que lhe eram alheias.

No área social, a mulher muçulmana não se conseguiu libertar do jugo masculino e contribuir para a sociedade, os governantes não produziram um sistema educativo à margem da religião e a cidadania não conseguiu instituir-se.

Na política, o nacionalismo emancipador árabe, alternando entre os modelos capitalista e comunista, passando pelo socialismo em versão árabe, não conseguiu mais do que gerar líderes autocráticos, regimes permeáveis à corrupção, sucessões dinásticas e monopólios familiares.

Tudo o resto é História, a qual, na expressão de David Landes, é uma “história malograda” fruto da conversão do Islão numa área económica e intelectualmente estagnada<sup>7</sup>.

Mas, se boa parte do declínio muçulmano respalda em problemas internos, não deixa de ser verdade que uma outra parte pode ser justamente assacada ao colonialismo europeu.

---

<sup>7</sup> David Landes, A riqueza e a pobreza das nações, p. 440

Embora persista ainda no imaginário islâmico a ideia do cruzadismo cristão, é na sensação de perda de identidade própria, provocada pela divisão arbitrária da comunidade islâmica árabe em estados independentes e pela penetração continuada de normas e valores ocidentais alheios à cultura local, bem como, no espinho judaico encravado em território sagrado, que radicam as principais causas do actual movimento revivalista islâmico.

- **Motivações**

Durante a conferência “Terrorismo e Relações Internacionais” realizada em Lisboa em Outubro passado, Gareth Evans debruçou-se sobre a questão das motivações dos terroristas, agrupando-as em três grupos: um, em que as motivações são essencialmente de carácter missionário, não político, focadas na preservação da identidade e fé islâmicas; um segundo grupo, cujas motivações perseguem objectivos políticos com renúncia ao recurso a métodos violentos; um terceiro, radicando igualmente em objectivos políticos, mas que procura alcançá-los através da violência. Neste último grupo identifica três variantes, as “internas”, de combate aos regimes apóstatas, as “irredentistas”, lutando pela redenção do território islâmico governado por apóstatas ou ocupado por não-muçulmanos, e as “globais”, que procuram opor-se à modernidade representada pela civilização ocidental.

Paralelamente às motivações de carácter eminentemente político, há ainda a considerar as motivações individuais que levam à adesão de militantes à prática do “martírio”. Considera-se axiomático afirmar que ninguém nasce terrorista e muito menos suicida. Eles, tal como nós, são o produto de uma cultura. Assim sendo, há que procurar identificar quais os mecanismos sociais e psicológicos que levam a uma opção aparentemente irracional.

O papel das escolas corânicas, tidas por muitos como “berçários de terroristas”, as únicas completamente abertas aos desapossados, sobretudo nas regiões rurais, e os sermões inflamados proferidos nas mesquitas, constituem meios privilegiados para catequizar alunos e fiéis de acordo com uma visão particular do mundo, do Islão e da sua religião.

Esta alienação da realidade confunde os jovens, que ao crescerem tomam conhecimento de que afinal há outros mundos, incluindo o das suas próprias cidades, mundos que por lhes serem desconhecidos lhes gera insegurança, e mundos que por lhes serem negados lhes provoca exclusão. Sem esperança, com a identidade abalada, tornam-se facilmente vulneráveis aos apelos dos grupos que lhes oferecem uma causa e um ideal pelos quais consideram valer a pena lutar, e que lhes devolve a identidade e os sentimentos de auto-estima e de pertença, a par de um status socialmente reconhecido.

Silva Ribeiro distingue o terrorismo suicida, em tradicional e religioso; o primeiro assenta em motivos político-económicos, tem noção da imoralidade do acto e procura publicitar a justeza sua causa provocando o menor número possível de vítimas; já o segundo, ao fundamentar a sua acção em nome de Deus e no dever divino de matar os infiéis que pretendem destruir o Islão, não tem limites éticos quanto às consequências, nem se preocupa com as audiências; para estes terroristas, a sua audiência é Deus e a comunidade de crentes de onde emanam<sup>8</sup>.

### **As questões da identidade e da modernidade**

Já atrás se mencionou a questão das identidades como elemento catalizador da actual onda de violência terrorista que atravessa a comunidade internacional.

A globalização arrastou consigo uma dinâmica de permanente mudança e de crescente interacção entre os povos. O ritmo desta mudança não permite a todos acompanhar as transformações sociais e económicas que provoca. É como se o mundo por inteiro viajasse numa estrada com destino incerto, sem regras de trânsito, em que uns deslocam-se de automóvel, outros de bicicleta, carroça ou a pé, e outros, de tão debilitados que estão, mal conseguem mover-se. São estes que vão ficando sucessivamente mais distanciados do pelotão da frente, que se interrogam sobre se vale a pena continuar em direcção a um mundo onde se vêem como perdedores, ou antes desistir e retornar ao ponto de partida, onde tinham iguais por companhia, onde partilhavam regras e sonhos,

---

<sup>8</sup> Silva Ribeiro, António, Estratégia Vol XV, pag 127

onde a vida adquiria sentido em quadros de referência conhecidos, enfim, onde tinham uma identidade.

A identidade é, assim, a tomada de consciência de si, daquilo que distingue ou associa o próprio com os outros, ou, na sua afirmação pela negativa, por aquilo que não se é

À medida que o fenómeno da globalização vai erodindo as identidades seculares baseadas no nacionalismo e nas ideologias políticas, abre-se espaço à formação de definições identitárias mais abrangentes, como a religião.

Por paradoxal que pareça, a modernização, ao invés de produzir a anunciada “aldeia global”, tem antes gerado uma reacção de retorno aos valores e estilos de vida tradicionais.

Para o terrorismo internacional a modernidade só é aproveitada como instrumento. As novas tecnologias e facilidades de comunicação servem para aumentar a capacidade dos movimentos religiosos para se organizarem, coordenarem e trocar ideias à escala global. A Internet, o turismo, os refugiados, os fluxos migratórios e o sistema bancário internacional, facilitam a formação de diásporas religiosas onde se acolhem as células terroristas<sup>9</sup>. Nos últimos cinco anos o número de sítios apelando à *jihad*<sup>10</sup> islâmica aumentou de 14 para 4 mil.

Ao longo dos séculos a identidade muçulmana adquiriu uma forma bipolar, com a família, o clã e a tribo num pólo e o Islão e a comunidade islâmica noutra<sup>11</sup>. Mas os últimos 30 anos trouxeram uma alteração ao contexto local. A expansão demográfica originou uma urbanização inédita, exacerbada por um êxodo rural massivo, alterando radicalmente o tecido social.

Os jovens adultos nascidos após as lutas independentistas, contrariamente aos seus progenitores, são alfabetizados, têm acesso aos meios de informação, conhecem a modernidade das elites que a ela têm acesso, mas não aceitam o fatalismo da pobreza, do desemprego e da exclusão<sup>12</sup>. O problema da identidade reside, pois, no ponto de encontro entre a herança do passado e as necessidades do mundo moderno.

---

<sup>9</sup>Tanja Ellingsen, Revista Terrorism and Political Violence, Vol. 17 nr. 3, p. 306

<sup>10</sup> Significa esforço e luta no caminho de Deus. Erradamente, é comum ser usado com o significado de guerra

<sup>11</sup> Samuel Huntington, Who are we?, p. 16

<sup>12</sup> Mohamed Tozy, A geopolítica do Islão, in Seminário Religiões, Segurança e Defesa (IAEM)

A resposta ao apelo do islamismo torna-se então uma das possíveis saídas para a crise identitária, razão pela qual se pode considerar que “tanto do ponto de vista sociológico como intelectual, os grupos fundamentalistas são uma criação do mundo moderno”<sup>13</sup>. Para alguns autores a guerra de Bin Laden e dos seus seguidores, mais que uma guerra contra o Ocidente é, acima de tudo, uma guerra contra o actual Islão, no qual não se reconhecem.

### **O movimento Al-Qaeda como paradigma do terrorismo transnacional**

O grupo Al-Qaeda constitui o modelo típico do novo terrorismo transnacional, quer pela sua estrutura organizativa em rede, quer pela sua dispersão por dezenas de países (mais de 60), quer ainda pela ideologia e formas de actuação.

O movimento foi criado em 1988 na sequência de luta contra a URSS no Afeganistão que culminou com a tomada do poder pelo regime Taliban.

A partir de 1984, com a finalidade de conseguirem sustentar o esforço de guerra, Abdullah al-Azzam e Osama bin Laden, considerados os fundadores da Al Qaeda, criaram uma estrutura dispersa em rede pelo mundo árabe, Europa e EUA, tendo por principais objectivos o recrutamento de combatentes (*mujahedin*) e a recolha de fundos.

Com a guerra prestes a terminar, Al-Azzam e Bin Laden divergiram sobre o emprego a dar aos milhares de *mujahedin* que nela estiveram envolvidos, com o primeiro a defender uma espécie de “Força de Reacção Rápida” islâmica e o último a preferir o empenhamento dos guerrilheiros no combate aos regimes árabes seculares<sup>14</sup>. Prevaleceu a tese de Bin Laden, até porque Al-Azzam foi assassinado em 1989.

Desta forma, milhares de *mujahedin* regressaram aos seus países ou dispersaram-se pela diáspora muçulmana, transportando consigo os ensinamentos militares de uma guerra dura e prolongada e a ideologia de uma “*jihad global*” contra os governantes dos estados árabes considerados apóstatas por incumprimento da lei islâmica, bem como contra os estados ocidentais que os apoiam, em particular os EUA.

---

<sup>13</sup> Maria José Pinto, A Jihad Global e o contexto europeu, in Terrorismo, (Coord. Adriano Moreira)

<sup>14</sup> Congressional Research Service, Al Qaeda: Statements and Evolving Ideology



A dinâmica de vitória e invencibilidade contribuíram para fazer passar a ideia de justiça, legitimidade e inspiração divina da sua “*jihad defensiva*”, porquanto conduzida contra inimigos apostados em destruir o Islão.

Assim, dos cerca de 40 mil estrangeiros islamitas que lutaram no Afeganistão (“afegãos árabes”), uma parte permaneceu no país em apoio dos Taliban e como instrutores nos campos de treino de novos recrutas, mas a maioria espalhou-se por todo o mundo, incluindo países ocidentais, indo reforçar as hostes islâmicas nos conflitos da Bósnia e da Tchetchenia, enquanto outros alistaram-se nos grupos islâmicos dispersos pelos países de religião muçulmana a fim de prosseguirem a *jihad*.

A base ideológica de Bin Laden inspira-se no pensamento do egípcio Hasan al-Banna (1906-49), fundador do movimento Irmandade Muçulmana, e que teve como seguidor da linha mais radical Sayyid Qutb (1906-66).

Em termos genéricos a ideologia mais radical da Irmandade Muçulmana, na linha do pensamento Salafita de retorno à pureza do Islão, defende que o Homem só é livre quando apenas está sujeito ao poder de Deus e liberto dos valores sociais e dos desejos humanos. Os líderes dos países muçulmanos são tolerados apenas se agirem de acordo com a *Sharia*, mas o objectivo último é o ideal panislâmico de retorno ao califado como forma de governo da comunidade islâmica.

Sumarizando, a Al-Qaeda é uma organização desterritorializada, organizada horizontalmente, de forma dispersa, segundo uma estrutura reticular assente em células de pequena dimensão e escassos contactos entre si, não tem apoios estatais assumidos, baseia a sua ideologia absolutista numa interpretação sectária da religião islâmica e numa atitude rejeicionista da modernidade, usa o terrorismo catastrófico como modalidade de acção coerciva, assume-se como vanguarda revolucionária internacional intérprete dos anseios da comunidade islâmica que pretende unificar, e tem por objectivos políticos o derrube dos regimes islâmicos tidos por apóstatas e a retirada da presença, influência e apoio do Ocidente a esses regimes.

### **Consequências das intervenções no Afeganistão e no Iraque**

A solidariedade internacional para com os EUA pós 9/11 foi avassaladora, a despeito de algumas manifestações pouco expressivas, mas muito mediatizadas, ocorridas em países muçulmanos.

A intervenção americana no Afeganistão foi aceite pela comunidade internacional em geral como um acto de guerra justa, razão pela qual concitou tantos apoios.

Apesar de Michael Scheuer ter considerado esta intervenção como “um salto precipitado e ignorante para a derrota” <sup>15</sup>, os EUA não podiam deixar de reagir militarmente face ao significado do ataque de que foram alvo, o qual, recorde-se, matou mais gente que o ataque a Pearl Harbour.

A campanha foi rápida e genericamente bem sucedida militarmente, derrubou o regime Taliban, acabou com a base de apoio da Al Qaeda, mas terá fracassado na captura dos seus chefes, os quais terão conseguido refúgio na área tribal de fronteira com o Paquistão. De qualquer forma, a Al Qaeda sofreu um duríssimo revés

Para alguns analistas a Al Qaeda terá mesmo deixado de existir enquanto organização, não controla os grupos que dela se reclamam, nem tem conseguido planejar ataques de modo próprio, persistindo contudo a sua ideologia como elemento fundador e mobilizador de movimentos radicais islâmicos em torno do conceito de *jihad global*.

Verdade ou não, e admitindo desconhecimento sobre eventuais planos atempadamente abortados pelas autoridades nacionais, o que é certo é que os dois únicos ataques terroristas ocorridos em países ocidentais desde o 9/11, o do sistema ferroviário de Madrid e o do Metro de Londres, não foram planeados ou organizados pela Al Qaeda<sup>16</sup>.

Quanto à invasão do Iraque, essa sim, apresenta um saldo francamente negativo fruto de uma série de erros cometidos e de uma evidente incapacidade para controlar a anarquia instalada.

Com efeito, os EUA não conseguiram ainda ganhar a batalha da conquista dos “*hearts and minds*” da população iraquiana, cujo dia a dia é hoje muito mais

---

<sup>15</sup> Michael Scheuer, *Orgulho Imperial*, pp 55-97

<sup>16</sup> Em relação ao ataque ao metro de Londres, a notícia foi dada pelo jornal *The Observer* de 9Abr06, em antecipação à publicação do relatório oficial.

difícil e inseguro que nos tempos da ditadura de Saddam. O poderio militar e económico americano tem-se revelado incapaz de sustentar uma *guerra irregular* conduzida por uma aliança antes considerada de baixa probabilidade, que fez unir a insurreição nacionalista e secular com o terrorismo islâmico.

O agravamento do conflito inter religioso entre sunitas e chiitas coloca o país num contexto de guerra civil, exacerbando a intolerância e fomentando ódios que poderão tornar impossível qualquer solução de unidade nacional.

Entretanto, acontecimentos como os da prisão de Abu Ghraibe ou a situação dos prisioneiros em Guantánamo, fez crescer na comunidade muçulmana a percepção de um Ocidente decadente em valores e de que a tão propalada instalação da democracia no *Broader Middle East*, não passa de uma manobra política destinada a instalar governos fantoche que garantam a defesa dos interesses económicos ligados ao petróleo e a segurança de Israel.

O repórter do *Wall Street Journal*, Yaroslav Trofimov, afirmou recentemente que “com a invasão do Iraque matámos o movimento democrático no Irão”, acrescentando que o pior que hoje pode acontecer aos democratas muçulmanos é serem vistos como simpatizantes dos EUA e “que se mostram tão descontentes com as nossas acções que ou estão calados ou passaram para o outro lado”<sup>17</sup>.

Apesar dos erros cometidos e das opiniões críticas à actual política externa americana, nomeadamente a aplicação da doutrina de acção militar preventiva e a atitude unilateralista, tem-se por fundamental que os EUA não saiam do Iraque com a imagem de derrotados, tal como no Vietnam.

Tal cenário comporta riscos perigosíssimos para a ordem mundial, pois abriria caminho à proliferação de armamento, incluindo de armas de destruição massiva, aumentaria a conflitualidade regional, constituiria uma forte machadada na liberdade de acção futura americana, bem como dos governos e movimentos moderados islâmicos, o conceito do “dominó democrático” reverteria o sentido passando a “dominó teocrático”, o terrorismo reclamaria os louros e recuperaria a dinâmica de vitória *jihadista*, enfim, o mundo tornar-se-ia menos livre e muito mais imprevisível e inseguro.

---

<sup>17</sup> Entrevista ao Jornal Público de 8Abr2006

Não é, pois, por acaso, que se assiste a uma concentração de esforços dos movimentos terroristas na destabilização do Iraque.

#### **4. O Mediterrâneo. Área de confronto e de proximidade**

##### **A geopolítica do Mediterrâneo**

O Mediterrâneo é talvez a zona do mundo onde o género humano mais interagiu entre si, mas também, paradoxalmente, a zona onde a obra de aproximação cultural entre povos mais longe está de se concretizar.

Para tal, muito tem contribuído a persistência de percepções baseadas em factores históricos ocorridos ao longo de séculos, infelizmente ecoadas pelos acontecimentos actuais que, assim, continuam a alimentar os sentimentos de desconfiança e de insegurança.

Ora, a segurança é uma pré-condição ao desenvolvimento. O conflito não só destrói as infraestruturas sociais, como encoraja a criminalidade e repele o investimento, impossibilitando a actividade normal das economias estatais.

Um crescente número de países e regiões, nomeadamente na periferia e margem Sul do Mediterrâneo, acabaram por cair no círculo vicioso da instabilidade, conflito e pobreza.

A competição internacional pelos recursos naturais vitais ao desenvolvimento e à vida, particularmente os energéticos e, hoje em dia, a água, origina uma competição sem quartel a nível global, dela decorrendo riscos e ameaças de alcance igualmente global.

A região mediterrânica não escapa a esta lógica. O Mar Mediterrâneo, que ao longo da história foi jogando o papel ora de fosso separador, ora de ponte de ligação entre as suas margens Norte e Sul, assume-se hoje como um espaço do maior valor estratégico a nível mundial.

Com efeito, importa recordar a sua importância geoestratégica enquanto espaço de intercepção de três continentes, zona de intersecção dos eixos Norte-Sul e Este-Oeste, elo de ligação entre os Oceanos Atlântico e Índico e Mar Negro, lugar de desencontro de religiões e rota para um terço do tráfego petrolífero e um sexto do comércio mundial. De tantas e tantas variáveis em

jogo, resulta um conjunto de choques de interesses que cataliza diferenças e potencia conflitos.

A desigualdade no desenvolvimento, a crescente assimetria demográfica e a cedência das ideologias ao revivalismo religioso islâmico, propiciam as condições ambientais ideais para a emergência de grupos terroristas e organizações criminosas apostadas em colher o máximo de benefícios da instabilidade reinante, gerando ameaças e riscos multifacetados que interagem sinergicamente, amplificando sobremaneira a percepção de insegurança.

A liberdade de acção obtida com o fim da bipolaridade, fez despertar identidades amordaçadas e ambições hegemónicas reprimidas, trazendo para o cenário do Mediterrâneo conflitos Norte-Norte e Sul-Sul, aportando à região uma dinâmica conflitual de características diferentes das que enformavam a lógica dos anteriores blocos.

O Mediterrâneo transforma-se, assim, em palco de numerosos conflitos interestatais e intraestatais ao longo de toda a sua costa e regiões adjacentes, com excepção apenas do troço pertencente à União Europeia (UE), a qual, desta forma, sente a sua segurança ameaçada pelo risco de exportação para o interior das suas fronteiras da instabilidade vivida a Sul.

Enquanto elementos fundamentais à caracterização do contexto em que o terrorismo transnacional se movimenta e floresce, importa inventariar os principais conflitos e tensões que se vivem nas várias sub-regiões mediterrânicas, bem como as ameaças que em maior ou menor grau são transversais ao todo mediterrânico.

### **Unidades geopolíticas sub-regionais**

#### **Os Balcãs**

Os acordos de Dayton não eliminaram as tensões étnicas, nacionalistas e religiosas em confronto, obrigando à permanência de forças militares lideradas pela OTAN e EU para evitar o reacendimento da luta armada. O problema do estatuto do Kosovo é crucial para o futuro dos Balcãs, no entanto, até à data, a despeito dos esforços da comunidade internacional, não têm sido obtidos progressos palpáveis. A resolução favorável das candidaturas à UE dos novos

estados emprestaria uma dinâmica de estabilidade à região, mas o processo será por certo moroso até à satisfação dos critérios de adesão. O terrorismo islâmico e o crime organizado continuam bem actuates, dificultando profundamente os processos de estabilização e reconstrução.

O diferendo greco-turco tem a sua expressão mais conhecida na questão cipriota. Embora não seja de prever que possa escalar para o confronto directo, o antagonismo existente reflecte-se negativamente no jogo de influências que ambos os países exercem na região. A questão da entrada da Turquia para EU pode ser determinante para o esbatimento ou agravamento do actual *status quo*.

### **O Médio Oriente**

O conflito israelo-palestiniano continua a constituir a principal fonte de violência e destabilização da região, com reflexos que se estendem a toda a comunidade internacional e, em particular aos países de religião islâmica. A recente vitória eleitoral do Hamas, não augura boas perspectivas de paz face à sua dupla recusa de abandonar as acções terroristas e de reconhecer Estado de Israel. A corte da ajuda económica da comunidade internacional e o conflito interno com a Fatah, pode fazer com que aquele partido venha a ser dominado pelo movimento da Al Qaeda. A esmagadora maioria dos analistas e observadores é unânime na afirmação de que não é possível haver paz no mundo árabe sem a resolução deste conflito.

A actual situação do Líbano configura-o como “estado falhado”. A retirada militar da Síria constituiu um passo positivo, todavia insuficiente face à incapacidade do estado em actuar sobre os grupos armados que exercem soberania de facto em certas zonas. Não é possível antever alterações substantivas à margem da dinâmica do problema palestino e do relacionamento entre Israel e a Síria.

Intimamente ligada à evolução do conflito do Iraque, já acima caracterizado, está a questão da autonomia do povo curdo, sobretudo pelas repercussões que pode provocar na Turquia, podendo levar este país a um envolvimento directo.

O Irão anunciou já ter concluído com sucesso o ciclo de enriquecimento de urânio, tendo deixado o mundo expectante quanto à reacção internacional que se seguirá.

### **O Magrebe**

A questão do Sahara Ocidental mantém-se por resolver desde o seu abandono pela Espanha há trinta anos. O apoio da Argélia à Frente Polisário alimenta fortes tensões entre aquele país e Marrocos, as quais, fizeram abortar o projecto do Magreb Árabe Unido. A posição marroquina sobre a questão sahariana é extremamente forte, tendo levado inclusive ao seu abandono da União Africana. O factor tempo aparenta jogar em benefício das ambições marroquinas, sendo hoje claras a regressão do apoio argelino e da capacidade de acção do movimento saraoui. A renúncia da Líbia às suas ambições nucleares trouxe-a novamente ao seio da comunidade internacional.

Esta é a subregião mais estável e com melhores índices económicos, e é também aquela onde a luta anti terrorista mais eficaz tem sido, embora à custa de uma brutal repressão governamental apoiada nos aparelhos militares.

### **As Ameaças**

#### **Proliferação de armas de destruição massiva**

A proliferação de armas de destruição maciça (ADM), potencialmente, constitui a maior ameaça para a estabilidade mediterrânica e mundial dado o seu efeito devastador.

Com a desagregação da URSS, acabou o apertado controlo no que respeita à exportação e difusão da tecnologia nuclear para fins militares e, bem assim, dos seus vectores de lançamento.

O Irão, demonstrando um apurado sentido de oportunidade, tem feito uso da actual conjuntura desfavorável aos EUA para desenvolver o programa nuclear e guindar-se ao estatuto de potência regional e líder do mundo islâmico.

Se o conseguir, é de admitir que outros actores estatais pretendam seguir o seu exemplo, originando uma corrida armamentista de consequências imprevisíveis, podendo a ordem internacional regressar à era do “terror nuclear”,

desta feita multi-polarizado e, como tal, muito mais imprevisível e perigoso. A retórica radicalista do recém-eleito presidente Ahmadinejad inspira fundados receios na comunidade internacional.

### **Conflitualidade regional**

A conflitualidade inter-estatal e intra-estatal tornou-se num elemento quase endêmico na Região do Mediterrâneo.

Os líderes saídos da descolonização, quase sempre escolhidos em função dos interesses das potências “protectoras”, ou os chegados ao poder através de golpes de estado, procuram perpetuar-se no poder através da instauração de regimes autocráticos e cerceadores das liberdades política e individual.

A continuidade do conflito israelo-palestiniano, que já provocou humilhantes derrotas militares a coligações árabes, pode considerar-se o paradigma justificativo do autoritarismo e da militarização dos regimes e do apelo à solidariedade política das populações.

Para além das consequências nas economias estatais em resultado do desvio de fundos para a aquisição de armamento, da ausência de investimento externo e destruição dos aparelhos produtivos, os conflitos armados nesta região representam também uma forte ameaça às fontes de energia de que o mundo depende.

### **Estados falhados**

As instituições públicas em muitos países árabes estão minadas pela corrupção, não conseguem exercer a sua função reguladora nem prover à satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, conduzindo à fragilização das estruturas estatais. O sentimento de insatisfação e a desilusão das populações são transversais a toda a região, o que é aproveitado pelo radicalismo islâmico para mostrar as consequências da apostasia governativa e evidenciar a justeza da sua luta.

O aparecimento de “estados falhados”, como o caso do Líbano ou do Sudão, favorece a instalação de grupos ligados ao terrorismo religioso e ao crime organizado. Embora diferenciados nos seus fins últimos, mas ambos



necessitando do mesmo tipo de ambiente para a condução das suas actividades, estes dois tipos de grupos cooperam em associações tácitas ou formais, protegendo-se mutuamente e garantindo o financiamento das suas operações.

### **Crime organizado**

O elevado crescimento demográfico na África sub-sahariana, bem como no Magrebe, constitui terreno fértil para o desenvolvimento do crime organizado. Os grupos dedicados ao tráfico humano, baseados sobretudo no Níger, apoiam-se em estruturas modernas, distribuídas em rede e usam as mais avançadas tecnologias da informação.

As actividades criminosas estendem-se à falsificação de documentos e de cartões de crédito, contrabando de diamantes, tráfico de armas e de droga, raptos, etc. Este tipo de crimes gera lucros fabulosos que, através de processos de lavagem de dinheiro, contribui para ameaçar a estabilidade dos sistemas políticos e económicos, locais e regionais, e fazer grassar a corrupção.

A chamada “economia do terror”, que inclui o financiamento terrorista e criminoso, movimenta cerca de 1,5 biliões de dólares por ano. Se esta liquidez fosse erradicada repentinamente dos mercados as economias ocidentais entrariam em profunda recessão. Só no Paquistão, o tradicional sistema banqueiro marginal islâmico, *hawala*, movimenta de 2 a 5 biliões de dólares anuais provenientes do estrangeiro, enquanto a rede oficial movimenta somente 1,2 biliões<sup>18</sup>.

### **Migrações**

A Sul, o crescimento demográfico, a insegurança provocada pelo ambiente conflitual, a precaridade das condições sanitárias e a miséria em geral, provocam significativos movimentos migratórios das populações no sentido Sul-Norte, levando ao crescimento exponencial das zonas urbanas e ao abandono dos campos agrícolas, aumentando a dependência externa em bens alimentares. Aproveitando as carências europeias em mão-de-obra na Europa, assiste-se ao

---

<sup>18</sup> Loretta Napoleoni, *Qui finance le terrorisme international?*, p. 293

crescimento de fluxos migratórios vindos do Norte de África e da região subsahariana, dirigindo-se essencialmente para Espanha, França e Itália.

Por outro lado, os governos árabes, libertos de amarras legais, conduziram com sucesso campanhas de repressão sobre os islamitas radicais, levando-os a procurar refúgio na Europa liberal, onde encontram ambiente propício à promoção das ideologias subversivas<sup>19</sup>.

As comunidades de emigrantes, sobretudo as de segunda e terceira gerações, têm grande dificuldade de integração nos países de destino, originando profundos problemas de identidade cultural, de exclusão social e marginalidade. O extremismo religioso islâmico, fazendo uso da liberdade de expressão e movimentação proporcionados pela liberdade ocidental, capitaliza aqueles sentimentos de injustiça e revolta, recrutando os jovens desiludidos que vêem nos mitos religiosos a panaceia para as suas frustrações.

Não é de estranhar que o atentado terrorista em Madrid tenha sido perpetrado por emigrantes marroquinos, ou que o de Londres tenha sido realizado por descendentes de emigrantes, ainda que de nacionalidade inglesa.

### **Terrorismo transnacional**

O terrorismo transnacional de inspiração islâmica, tal como caracterizado, assume-se hoje como uma poderosa ameaça a quem quer que seja, onde quer que esteja.

As autocracias reinantes, receosas de perderem o poder e o controlo dos recursos, procuram fazer um jogo duplo entre as pulsões democratizantes das populações, sequiosas de justiça, liberdade e prosperidade e os grupos radicais.

A grande disponibilidade no mercado de especialistas informáticos russos e indianos, permite que alguns sejam contratados pelos grupos terroristas. A Internet é cada vez mais usada pelo terrorismo na difusão da sua ideologia, no recrutamento, na formação militar e na fraude económica. O Ciberterrorismo constitui uma ameaça permanente e difícil de combater. É barato, anónimo, dispõe de um número infinito de alvos, pode ser conduzido remotamente e pode

---

<sup>19</sup> Maria José Pinto (Coord.), O Islão na Europa, pp. 200-202

ter consequências devastadoras<sup>20</sup>. Os sistemas de defesa estatais, bancários, de distribuição de energia são, entre outros, alvos bem apetecíveis.

## **5. O conceito de segurança cooperativa**

O desajustamento de estratégias dissuasoras militares face a um inimigo onnipresente, obriga a pensar em novos modelos de actuação da comunidade internacional para o combater. Seja qual for o modelo a adoptar, ele terá de ter sempre em conta que a ideologia do terrorismo transnacional de inspiração islâmica sintetiza aspectos políticos, económicos, sociais, psicológicos e religiosos e que a sua actividade tem alcance global, pelo que, só na multidisciplinaridade da acção e na multilateralidade da cooperação poderão ser encontrados os caminhos certos que levem à sua contenção e erradicação.

O conceito tradicional de segurança baseia-se na abordagem realista às relações internacionais que consagra o Estado soberano como o principal actor.

A crescente interdependência das sociedades através da globalização dos mercados, a emergência de novos riscos de natureza transnacional, a degradação ambiental, pandemias e migrações em grande escala, vieram acrescentar uma nova dimensão ao conceito de segurança. A segurança passa assim a ter de ser formulada numa perspectiva multisectorial. Por outro lado, tem-se assistido à deriva do enfoque no Estado para o indivíduo fruto do desenvolvimento do Direito Humanitário, o que vem colocar a questão da segurança nos níveis individual, societal e mesmo global, extravasando assim do plano estatal<sup>21</sup>.

Desta forma, quebra-se a tradicional divisão entre segurança externa e interna, dando corpo a uma nova abordagem à segurança e ao desenvolvimento do conceito de segurança cooperativa, o qual compele os Estados a actuar cooperativamente para contrariar a diversidade e transnacionalidade dos riscos que hoje se colocam.

Também, sendo a segurança traduzida num estado ou ausência de perigo, fica dependente das percepções individuais e colectivas sobre cada uma

---

<sup>20</sup> G. Weimann, Cyberterrorism, in Conflict Terrorism, Vol 28 No 2, Mar-Apr 2005

<sup>21</sup> Ana Paula Brandão, Segurança: Um conceito contestado em debate, em Informações e Segurança (Coord. Adriano Moreira), pp 42-50

das variáveis que a compõem. Assim sendo, só também num quadro de segurança cooperativa é possível conciliar as percepções e identificar as ameaças e riscos comuns e adoptar as medidas necessárias para os ultrapassar.

Este é o grande desafio que hoje se põe aos países do Mediterrâneo, ou seja, o encontro de plataformas de cooperação capazes de esbater diferenças e de promover o desenvolvimento, a liberdade, a justiça e a dignidade humana.

## **6. Conter o terrorismo transnacional**

O contexto mediterrânico é extremamente complexo e heterogéneo. Como acima enunciado, está carregado de factores de instabilidade e profundamente contaminado por divergências perceptivas intraculturais e interculturais que impedem a criação de um salutar clima de confiança. As batalhas das armas e das ideias são batalhas estratégicas; é na ideologia que islamismo tem o seu centro de gravidade, mas para a ele chegar é necessário vencer outros confrontos de extrema importância, nomeadamente o acabar com as dicotomias maniqueístas do “bem” e do “mal”, do “Grande Satã” e do “Eixo do Mal”, enfim, do “nós e “eles”.

De facto, no plano militar, enquanto o Ocidente olha para o mundo árabe como fonte do terrorismo e ambiente propício à proliferação de armas de destruição massiva, os países do Sul percebem-no como um bloco guiado por objectivos hegemónicos destinados a garantir o acesso às fontes de energia e a proteger o Estado de Israel.

Nos planos político e social, o Ocidente vê na tirania, na corrupção e no desrespeito pelos direitos humanos dos regimes árabes o fermento que alimenta o terrorismo; ao contrário, o mundo árabe entende que a imposição externa de valores ocidentais busca a sua aculturação e perda de identidade com a finalidade última da sua submissão.

Num aspecto pelo menos haverá consenso; é que não haverá segurança e estabilidade no “todo” mediterrânico se não houver segurança e estabilidade nas partes que o compõem.

As iniciativas de diálogo e parceria dos EUA, da NATO e da UE tendem a olhar para o Mediterrâneo Sul como uma realidade única, não atendendo

devidamente às particularidades das suas sub-regiões. Por outro lado, os países do Sul encaram estas iniciativas com reservas, entendendo-as mais como processos de imposição do que de negociação, dada a disparidade de poderes em presença.

Ainda assim, apesar dos poucos avanços conseguidos com aquelas iniciativas, há que nelas persistir, adaptando-as em função das lições aprendidas ao longo do tempo, pois só através do diálogo é possível desenvolver o conhecimento do “outro”, aspecto vital à criação de um clima de confiança e cooperação.

Comum a todas as iniciativas é a promoção da democracia através do desenvolvimento económico, tida como factor fundamental à estabilidade do Mediterrâneo. Não é um tema fácil de dirimir dada a controvérsia existente sobre a compatibilidade entre a democracia e o Islão e porque a “sua forte carga normativa e ideológica, toca no âmago das percepções Norte-Sul e revive uma série de estereótipos e preconceitos ainda tenazes”<sup>22</sup>.

### **O dilema da democracia no Islão**

A democracia ocidental é uma herança de muitas guerras e revoluções sociais ao longo de séculos. O Islão árabe estará precisamente a passar por uma crise semelhante na busca da sua articulação com os valores da liberdade, dos direitos humanos e com a modernidade.

É incontornável que o Alcorão e a *Sunna*<sup>23</sup> serão sempre uma força que moldará qualquer construção ideológica no mundo muçulmano, funcionando como uma espécie de Constituição divina.

Os muçulmanos advogados da democracia sustentam que o princípio da consulta mútua para a escolha e substituição dos governantes está claramente consagrado no Alcorão. Os seus detractores acham que é uma forma de politeísmo ou ateísmo porque o único soberano que reconhecem é Deus.

Certa é a existência de várias democracias em países islâmicos sem que tal aparente provocar qualquer incompatibilidade com a fé muçulmana.

---

<sup>22</sup> Maria do Céu Pinto, Um Regime de Segurança para o Mediterrâneo: as Dificuldades do Processo, Nação e Defesa No 109, 2004

<sup>23</sup> Comportamento e ditos de Maomé e dos seus companheiros

A verdadeira questão não será tanto o que o Islão é, mas sim o que os muçulmanos querem que ele seja no quadro da sua matriz cultural. O problema resume-se então à possibilidade de lhes ser dada oportunidade para exprimir a sua opinião. Mas esta questão não é tão pacífica quanto aparenta. O Ocidente e os regimes islâmicos reinantes receiam que os processos eleitorais promovam partidos radicais islamitas, os quais, seguindo a máxima “*one man, one vote, one time*”, acabariam por pôr fim ao processo democrático.

Para além deste dilema, uma outra questão impõe-se aos decisores ocidentais. Se, por um lado, devem procurar perceber que o apoio acrítico a regimes tiranos, impede a emergência, o desenvolvimento e a implantação popular de oposições credíveis e respeitáveis, por outro, têm de aceitar que a mudança política não pode ser algo que nasça da imposição pela força. Em determinados contextos, uma ditadura pode ser preferível à anarquia pois, segundo Kaplan, “ a segurança física continua a ser a liberdade humana primária”<sup>24</sup>.

Seja como for, o resultado terá de ser sempre a expressão da vontade dos muçulmanos, e é algo que há-de acontecer mais cedo ou mais tarde.

Após analisar a evolução da implantação da democracia pelo mundo, Zakaria concluiu que “a democratização precoce, em todos os casos, conduziu à tirania”<sup>25</sup>.

### **Medidas de contenção do terrorismo**

De há muito que a ONU acordando em medidas destinadas a proteger a algumas actividades da sociedade de ataques de terrorismo. Para além da importante Resolução 1373 de combate ao terrorismo, até ao momento foram já publicadas 13 convenções, com particular incidência no campo da segurança da aviação e aeroportos, segurança da navegação marítima e plataformas fixas na plataforma continental, protecção de pessoas com estatuto especial, controlo de material explosivo e nuclear, supressão dos actos terroristas com bombas e material nuclear e controlo do financiamento de actividades terroristas.

---

<sup>24</sup> Robert Kaplan, Jornal Público 8Mar2006

<sup>25</sup> Fareed Zacaria, O futuro da Liberdade, p. 55

Os EUA, após o 11/9, através do *Patriot Act*, adoptaram igualmente um completo conjunto de medidas de reforço dos poderes dos organismos com responsabilidades na segurança e defesa, integração dos sistemas de informações e controlo dos movimentos financeiros.

Na sequência dos ataques terroristas em Madrid, a UE emitiu também um ambicioso Plano de Acção de Combate ao Terrorismo e aprovou 6 decisões destinadas à construção de um edifício legal comum capaz de facilitar a troca de informações, formação de equipas conjuntas de investigação, criação do Eurojust e dinamização da Europol, uniformidade processual dos crimes financeiros e adopção de um mandato de captura europeu.

Desta curta amostragem, parece evidente a vontade da comunidade internacional em agir cooperativamente no combate ao terrorismo. Se bem que nem todos os Estados tenham ratificado as convenções da ONU, ou implementado medidas semelhantes às dos EUA e UE, foram já dados passos significativos.

Na componente do financiamento, houve uma aproximação do terrorismo ao crime organizado, havendo relatos, por exemplo, de que Bin Laden terá contactado a Máfia italiana para obter passaportes americanos<sup>26</sup>. Os métodos de financiamento tradicionais terão sido alterados, iludindo os mecanismos de controlo.

O escasso valor dos fundos congelados após o 9/11, cerca de 40 milhões de dólares, é disso testemunho. Os fundos obtidos através do *zakat*<sup>27</sup> e movimentados pelo sistema da *hawala* não conseguem ser completamente controlados pelos Estados islâmicos, nem pelos ocidentais no âmbito das diásporas muçulmanas, sendo que, as pressões ocidentais para efectivar esse controlo são entendidas pelos islâmicos como mais uma interferência estranha que procura acabar com as suas tradições.

O controlo do crescente uso da Internet pelos grupos terroristas tem-se revelado pouco eficaz face a legislações não actualizadas, à natureza privada da maioria das empresas de telecomunicações e à vulgarização de sistemas de encriptação. Esta é uma área que deve merecer maior proactividade legislativa.

---

<sup>26</sup> Napoleoni, Op. cit., p. 294

<sup>27</sup> Um dos cinco pilares do Islão. Imposto sobre os bens destinado a obras de caridade e benefício público

A utilização da biometria nos processos de identificação vem seguramente dar um impulso grande no controlo das deslocações de pessoas e, assim, impedir a facilidade de movimentação de terroristas em território ocidental.

A movimentação transfronteiriça leva a um outro problema de vulto nas sociedades ocidentais, em particular na Europa, e que diz respeito ao controlo da emigração ilegal especialmente a proveniente do Norte de África. Os acordos com os países dessa região não têm sido fáceis, mas há já alguns avanços a registar, conseguidos especialmente após esses começarem eles próprios a ter as mesmas preocupações.

A Europa ainda não conseguiu assentar num modelo capaz de resolver a questão da integração dos imigrantes muçulmanos devido às marcadas diferenças culturais. Quer o integracionismo francês quer o multiculturalismo britânico apresentam fragilidades, bem evidenciadas pela explosão de violência em Outubro passado em Paris e na actividade terrorista em Londres. A onda ocidental de rejeicionismo aos muçulmanos é deveras preocupante, uma vez que potencia os sentimentos de frustração, marginalização, diferença e radicalização.

O problema não é de fácil solução, mas tem de ser atacado com premência sob pena de a estratégia de combate ao terrorismo ser incapaz de travar a intensificação do extremismo<sup>28</sup>. Há que continuar a apostar na educação dos filhos dos emigrantes. A educação não impede que alguém se torne terrorista, mas a sua falta facilita a penetração de ideologias radicais e a criação de ilusões celestiais.

Um outro aspecto a carecer de revisão no plano internacional prende-se com a proliferação de armamento convencional. A grande preocupação que transparece dos responsáveis políticos, sobretudo dos americanos, é o controlo das armas de destruição massiva. Sem se minimizar a sua importância, sobretudo atendendo à crescente facilidade de acesso ao indispensável conhecimento tecnológico, seja ele no campo nuclear, biológico, químico ou radiológico, não se assiste à tomada de medidas capazes de conter a proliferação de armamento ligeiro. Existem milhões de metralhadoras AK-47 nas mãos de grupos armados irregulares e fora dos controlos estatais.

---

<sup>28</sup> Maria José Pinto, Op. Cit, p. 203



Estas armas alimentam conflitos horrendos, sobretudo na África subsahariana, mas também por todo o Médio Oriente. Sistemas mais sofisticados, como mísseis de lançamento individual, estão também já ao dispor de grupos terroristas. A despeito dos fabulosos lucros gerados com a venda de armamento, os poderes políticos têm de ser consequentes com as suas palavras. Se exaltam os valores humanos e denunciam os abusos derivados do uso da força armada, não podem depois cair na venda desregrada de armamento e alhear-se do seu destino.

Acredita-se, também, que não é só aos Estados que compete a adopção de medidas antiterroristas. O combate ao terrorismo tem de ser visto como uma responsabilidade de cada cidadão. No campo empresarial, especialmente nos transportes, muito poderá também ser feito no âmbito da protecção antiterrorista, seja no campo da segurança, seja no estabelecimento de planos de evacuação e de gestão de consequências caso um ataque seja concretizado.

Neste parágrafo foram abordadas apenas algumas das questões que se afigura não estarem ainda suficientemente cobertas pelos quadros legislativos internacionais, regionais e nacionais. Mas, ainda no plano legislativo, há duas questões gerais cujo debate está longe de conclusão.

A primeira diz respeito à disponibilidade das sociedades democráticas para aceitarem legislação anti-terrorista susceptível de contender com as liberdades individuais e o direito à privacidade. O assunto é polémico; se por um lado, o maior alcance legislativo é, em última análise, destinado à protecção e segurança dos cidadãos, por outro, significa um retrocesso nos direitos humanos e, numa visão pessimista, uma vitória para dos inimigos da liberdade.

O recente caso da publicação das caricaturas de Maomé é paradigmático da divergência de pontos de vista relativamente a esta matéria na Europa, e ilustra bem como os radicais islâmicos exploram a informação para propagandear a sua ideologia. Este acontecimento, bem como outros, suscita a necessidade de os órgãos de comunicação adoptarem um código de conduta próprio para lidar com o problema do terrorismo. O terrorismo transnacional alimenta-se da publicidade dada aos seus actos. Sem ela perde a sua natureza transnacional e tende a definir-se ou a localizar-se.

A outra questão prende-se com a submissão à Lei Internacional das forças que combatem o terrorismo. Aliás, é exactamente neste ponto que se considera residir a essência da assimetria na luta contra o terrorismo. Uma parte é forçada a pautar a sua conduta de acordo com o normativismo internacional, mas também de acordo com um código de valores universais em que acredita, ao passo que a outra está liberta de amarras institucionais e de constrangimentos éticos e morais à sua acção.

O ministro da Defesa do Reino Unido, John Reid, veio recentemente defender grandes alterações nas regras internacionais que regem o comportamento em tempo de guerra, porque verifica “uma regressão deliberada dos adversários para o terrorismo bárbaro”, e os soldados britânicos não podem continuar manietados pelas convenções de Genebra<sup>29</sup>.

Compreendendo-se embora a frustração de quem tem a responsabilidade de enviar soldados para uma guerra própria dos tempos da barbárie, considera-se que aqui não pode haver lugar a compromisso. Repressão indiscriminada e sobre reacção jogam a favor do terrorismo. A superioridade sobre o terrorismo reside na força moral e ética de quem o combate.

No mesmo âmbito há que definir o estatuto dos prisioneiros terroristas. São combatentes ou não combatentes? São prisioneiros de guerra ou comuns? A prisão de Guantánamo é um exemplo ilustrativo da necessidade desenvolver o Direito Internacional tendo em vista a nova realidade conflitual.

### **O papel da forças militares**

Se é comumente aceite que o combate ao terrorismo transcende a dimensão militar, não é menos verdade que as chamadas “*hard measures*”, sustentadas no poder militar, são uma componente indispensável nessa luta. Para ser credível, qualquer política coerciva tem de ser suportada em poder, nomeadamente no poder militar.

Em termos genéricos a actuação militar no combate ao terrorismo compreende acções defensivas (anti-terrorismo) e acções ofensivas (contra-terrorismo).

---

<sup>29</sup> Jornal Público, 5Abr2006

A tradicional dissuasão militar, sustentada na capacidade de infligir ao oponente um nível de destruição por ele inaceitável, não funciona com o terrorismo. A dissuasão do terrorismo suicida é mesmo uma impossibilidade. Nesta área, o máximo a que se pode ambicionar é a protecção eficaz dos alvos apetecíveis aos desígnios terroristas mas, também aqui, é impossível proteger tudo, até porque os terroristas já deram provas da sua imaginação e capacidade de planeamento.

Por isso é que, a par das agências dedicadas, o papel militar na recolha e análise de informações é justamente considerado como vital nesta luta. A despeito dos enormes progressos havidos na troca de informações entre as diferentes agências nacionais, há ainda barreiras de desconfiança a remover. A organização celular dos grupos e a sua impenetrabilidade reduzem drasticamente a capacidade de recolha de informação humana (HUMINT). Resta o recurso a sofisticados meios de detecção electrónica, mas que são claramente insuficientes, até porque poucos países dispõem desses recursos.

Como já atrás referido o actual conceito de segurança cooperativa tem uma natureza multidimensional podendo envolver, no que à componente militar diz respeito, missões de prevenção de conflitos, gestão de consequências e de crises, imposição e manutenção da paz e assistência humanitária. A experiência obtida nas guerras no Afeganistão e no Iraque vieram acrescentar àquele rol as missões de estabilização e reconstrução, de forma a garantir o necessário clima de segurança à edificação de forças policiais e militares locais capazes de fazer prevalecer a lei e a ordem. Relativamente ao terrorismo, a importância destas missões prende-se essencialmente com a necessidade de evitar a emergência de estados “falhados” ou “quase falhados”, pois é nesses contextos que os grupos radicais encontram as condições propícias à sua acção.

Mas como combater militarmente inimigos desterritorializados, operando em áreas urbanas, que “ são civis, os seus alvos são civis, escondem-se entre civis, e são apoiados e financiados por civis”<sup>30</sup>? Como referido, a actual Lei Internacional tem de ser adaptada às características próprias da acção terrorista.

---

<sup>30</sup> César Reis Madeira, Redes transnacionais de terrorismo – Que Inimigo?, Estratégia Vol. XV p. 175

A grande questão que hoje se coloca sobre a acção militar, tem a ver com a legalidade e a legitimidade na condução de acções preventivas e preemptivas para negar aos terroristas santuários protegidos pelos direitos de soberania e de não ingerência. A comunidade internacional ainda não foi capaz de dar resposta a esta questão, nem mesmo quando está em causa a proliferação nuclear. Os EUA enquanto potência hegemónica, não terão grandes pruridos em actuar unilateralmente, como aliás está previsto no seu conceito estratégico.

Todavia, a actuação unilateral é indesejável pelas divisões que provoca, mas também porque permite deixar isolado um Estado que, assim, passa a ser visto como o único responsável pelo conflito que iniciou.

Portanto, é preciso insistir até à exaustão na diplomacia preventiva, no diálogo e nos instrumentos legais como forma de prevenir os conflitos e unir a comunidade internacional nos caminhos da paz.

Como diz Cooper, “*nothing permanent is founded on force*”<sup>31</sup>.

## **7. As iniciativas de cooperação para a cooperação e estabilidade e segurança no Mediterrâneo**

As iniciativas de diálogo e parceria das organizações euroatlânticas destinadas à segurança e desenvolvimento no Mediterrâneo não têm obtido os resultados esperados.

Com efeito, as iniciativas da OSCE, o Fórum do Mediterrâneo, o Diálogo 5 + 5, o Diálogo do Mediterrâneo da NATO ou o Processo de Barcelona da UE, não foram ainda capazes de ultrapassar as desconfianças reinantes a Sul, onde continua a persistir a ideia de que estas iniciativas não passam de formas encapotadas de neo-colonialismo, ou que, no fundo, se destinam apenas a resolver as ansiedades europeias.

O problema é que o Norte olha para o Sul como uma região de onde emana o terrorismo, onde há riscos de proliferação nuclear, de onde provém a emigração clandestina e onde a conflitualidade reinante pode por em causa o abastecimento energético. Ao invés, os países muçulmanos vêem a Europa como uma zona de riqueza e prosperidade à qual lhes está vedado o acesso, sentindo-se por isso

---

<sup>31</sup> Robert Cooper, *The Breaking of Nations, order and chaos in the 21<sup>st</sup> century*, p. 121

discriminados, sobretudo quando se comparam com o tratamento dado aos países do leste europeu. Não aceitam a imposição de pressões reformistas como condição à ajuda financeira, considerando-as uma forma de ingerência política.

Atente-se no processo de partenariado europeu por ser o de maior abrangência. Os três “pacotes” de Barcelona estão dirigidos para a construção de uma “área de paz e estabilidade” através do diálogo político e reforço da segurança, a criação de uma “zona de prosperidade partilhada” por via do estabelecimento de uma área de comércio livre, e a promoção da “reconciliação entre povos” pela dinamização do diálogo entre as sociedades civis.

No pacote da segurança, o conflito israelo-palestiniano constitui a pedra de toque das posições dos países árabes, que consideram que a UE não faz tudo o que estará ao seu alcance para ajudar à resolução do conflito; a constituição das Euroforças é também mal aceite pelos países do Sul, vendo nelas apenas objectivos de intimidação. Há aqui uma clara falta de compreensão que tem de ser resolvida. A adopção de medidas de construção de confiança é fundamental para se sair do impasse perceptivo.

O convite a observadores árabes para participar em exercícios e treinos daquelas forças, a promoção de seminários e a abertura mútua à frequência de cursos, ajudariam ao desenvolvimento de um clima de maior confiança. O desenvolvimento de planos de contingência e a constituição de uma força de reacção rápida comuns destinados a combater as consequências de catástrofes naturais e a desastres humanitários, permitiria a uniformização de procedimentos e promoveria a interoperabilidade dos meios, e seria certamente um passo de gigante em prol da tal confiança, pois, neste processo, os países árabes entrariam em plano de igualdade com os seus parceiros ocidentais.

Se bem que já exista alguma cooperação no controlo do tráfego aéreo e marítimo, a ligação em rede dos centros de operações a isso dedicados poderia ser um outro passo potencialmente gerador de confiança.

Em suma, particularmente no campo da cooperação militar, é fundamental dar aos membros do Sul um nível de participação que os faça sentir como parceiros e não como destinatários.

Este sentimento de desigualdade é particularmente sentido no pacote comercial. Os acordos de associação são discutidos no plano bilateral, dando pouco peso negocial aos países árabes. A imposição dos padrões liberais da Organização Mundial do Comércio faz recluir o desaparecimento do tecido produtivo árabe por incapacidade para competir com a Europa, o que daria origem a mais desemprego e dependência externa.

Na agricultura, onde o Sul poderia apresentar alguma competitividade, a política proteccionista da EU impõe restrições à importação dos produtos em que é excedentária. Tal como no campo industrial, os árabes receiam que a abertura do seu mercado aos produtos alimentares europeus acabe com as suas produções rurais, estimulando o abandono dos campos e a migração para as cidades.

Por outro lado, os acordos entre países do Sul, como a Grande Área árabe de Comércio Livre, "...têm tido um alcance muito limitado. Restringindo-se aos produtos industriais, deixando de fora os serviços e a agricultura, contêm muitas excepções e têm-se revelado de uma implementação morosa"<sup>32</sup>.

Não é fácil conciliar interesses no campo económico. Uma vez mais, a heterogeneidade árabe faz pagar o seu pesado tributo. A diversidade de iniciativas ocidentais, quer colectivas, quer individuais (os EUA lançaram também um programa de comércio livre), cria um emaranhado de regras e caminhos que impedem a criação de sinergias capazes de acelerar o desenvolvimento.

Também na área da reconciliação os progressos foram pouco palpáveis. A conflitualidade generalizada, ora agravada pela questão iraquiana, não permite aliviar o clima de desconfiança. O conflito da Palestina é para os árabes o paradigma da política de "*double standards*" praticada pelo Ocidente. A diplomacia tem aqui um papel fundamental a desempenhar, não podendo haver lugar para a fadiga negocial. Sem a pacificação do problema palestino e, agora, do problema iraquiano, dificilmente haverá progresso na estabilidade do Médio Oriente, bem como, sem a resolução do problema do Sahara Ocidental, não haverá um Magrebe unido.

---

<sup>32</sup> Avelino de Jesus, A parceria euro-mediterrânica, in Janus 2005

No campo social, considera-se que uma política séria de incentivo à reintegração nos países de origem dos emigrantes muçulmanos chegados ao fim da idade laboral, poderia contribuir para amenizar a visão crítica em relação à Europa e contribuir para introduzir novas dinâmicas culturais e económicas.

É de salientar que na maioria dos países árabes, são os movimentos islamitas que ocupam uma boa parte do terreno social, conferindo-lhes uma popularidade e legitimidade incontestadas no seio das comunidades desfavorecidas. É importante que se consiga inverter esta situação, quer através de maior ajuda directa às autoridades locais, quer no apoio a ONGs com vocação social.

Como se viu os problemas são muitos e complexos na promoção da segurança e estabilidade no Mediterrâneo. Iniciativas não faltam, mas falta a coordenação entre si. Uma espécie de “*division of labour*” entre as principais organizações poderia contribuir para um melhor enfoque nas áreas de maior vocação de cada uma.

Numa abordagem simplista, não estanque, dir-se-ia que NATO, secundada pelo peso dos EUA, deveria dedicar-se sobretudo à cooperação militar, à resolução de conflitos e à gestão de crises, a EU ao desenvolvimento económico e social, a OSCE à promoção da democracia, e as iniciativas 5+5 e Fórum do Mediterrâneo, promovidas pelos países do Sul da Europa, ao diálogo de culturas e religiões.

## 8. Conclusões

O fenómeno da globalização apresenta inúmeras possibilidades novas de desenvolvimento, mas arrasta consigo riscos que necessitam de ser bem geridos internacionalmente, sob pena de gerarem desigualdades sociais potenciadoras de fenómenos de violência.

O fim do sistema bipolar deu origem a uma ordem política liberal liderada por uma potência hegemónica, cujos valores são vistos pelas sociedades islâmicas como uma forma de imperialismo ideológico destinado a corromper a cultura islâmica e a garantir o acesso aos recursos petrolíferos e a protecção do Estado de Israel.

As identidades fundadas na religião provocam a emergência de grupos radicais como a Al Qaeda, a qual adoptou a violência indiscriminada e o terrorismo catastrófico como modalidade de acção coerciva na prossecução do controlo do poder político no Islão árabe.

O recrutamento de *jihadistas* colhe na falta de perspectivas profissionais, exclusão social e crise identitária da juventude muçulmana, incluindo na diáspora espalhada pela Europa.

A conflitualidade no Médio Oriente, especialmente na Palestina e Iraque, concentra o esforço terrorista actual, ainda que a natureza global do novo terrorismo não permita qualquer ilusão de segurança, sobretudo na Europa.

É imperioso usar de todos os instrumentos diplomáticos para por fim aos conflitos regionais existentes.

O terrorismo transnacional só pode ser contido num quadro de segurança cooperativa e num contexto de desenvolvimento económico propiciador da abertura política dos regimes islâmicos.

A imposição de modelos de democracia e ritmos para a sua implantação nos países árabes não são a melhor solução no caminho da democracia, devendo-se, contudo, incentivar e apoiar os grupos defensores da reforma política e social.

É necessário que a Lei Internacional seja adaptada de molde a regular o combate à violência terrorista. Faltam as definições de terrorismo e do estatuto dos seus autores e, designadamente, o estatuto dos prisioneiros terroristas.

A exploração da Internet pelo terrorismo tem de ser melhor controlada, requerendo maior proactividade legislativa nacional e internacional.

O combate ao terrorismo deve ser secundado, em paralelo, pelo combate ao crime organizado.

A liberdade concedida à propaganda terrorista nas mesquitas ocidentais não deve ser tolerada.

As formas de financiamento e de lavagem de dinheiro que sustentam o terrorismo e o crime organizado têm de ser mais eficazmente controladas, por muitos custos que isso gere nos mercados financeiros.



As empresas privadas, sobretudo as afectas aos transportes, devem colaborar mais empenhadamente na protecção dos seus utentes, e no desenvolvimento de planos para gestão das consequências de um ataque terrorista.

Os media, de sua iniciativa, deveriam adoptar um código de conduta para lidar com o fenómeno terrorista.

A ONU deveria avançar com uma resolução destinada a evitar a proliferação de armamento convencional ligeiro.

Os modelos de integração dos emigrantes muçulmanos na sociedade europeia têm de ser repensados de forma a, por um lado, prevenir os sentimentos de exclusão e, por outro, o crescimento da islamofobia ocidental. A educação continua a ser um factor de extrema importância.

A criação de incentivos à reinstalação nos países de origem dos imigrantes que queiram regressar, poderia ajudar a esbater percepções distorcidas.

As incompreensões existentes entre os países do Norte e do Sul têm de ser combatidas através de medidas de construção de confiança, cuja eficácia só será sentida se os acordos foram obtidos por negociação e não por imposição.

A cooperação militar é importante na construção da confiança. A constituição de uma força de reacção rápida e de planos de contingência conjuntos para ocorrer a desastres humanitários seria uma boa medida.

Na contenção ao terrorismo, o instrumento militar é imprescindível na recolha de informações, protecção, dissuasão, coacção, interrupção e destruição de células de terroristas e, no aplicável, dos estados falhados que as acolhem e apoiam, bem como, na gestão das consequências.

É importante a adequação das forças militares às novas missões de estabilização e reconstrução.

As actividades militares de combate ao terrorismo devem ser sempre conduzidas em absoluto respeito da Lei Internacional.

As iniciativas de diálogo e partenariado deveriam cobrir todos os países árabes, mas sem perder de vista as especificidades regionais.

As iniciativas de liberalização dos mercados só poderão ter sucesso com o fim dos regimes proteccionistas que desequilibram a concorrência.

É necessário substituir o protagonismo social das organizações terroristas, substituindo-os por organismos públicos e ONGs.

É imperiosa a concertação entre as organizações promotoras das iniciativas de diálogo, propondo-se uma maior divisão de campos de actuação.

## **BIBLIOGRAFIA**

*Alcorão*, Edições Europa – América, 3º edição, Abril 2003

**Baylis**, John, **Smith**, Steve, “*The globalization of World Politics*”, 3<sup>rd</sup> Edition, Oxford Edition, 2005

**Brown**, Chris, **Nardin**, Terry, **Rengger**, Nicholas, “*International Relations in Political Thought*”, Cambridge, University Press – 1<sup>st</sup> Edition, 2002

**Cooper**, Robert, “*The Breaking of Nations*”, Atlantic Books, London, 2<sup>nd</sup> edition, 2004

**Esposito**, John L. “*The Islamic Threat*” – *Myth or Reality?*”, Oxford University Press, 3<sup>rd</sup> Edition, 1999

**Hourany**, Albert “*A History of the Arab Peoples*” Editora Farber, United Kingdom, 1988

**Huntington**, Samuel P. “*O\_choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*”, Edições Gradiva, 2ª edição, Novembro, 2001.

**Huntington**, Samuel P. “*Who are we? America’s great debate*”, Free Press Editions, United Kingdom, 2004

**Landes**, David S. “*A riqueza e a pobreza das nações*”, Edições Gradiva, 4ª edição, 2002

**Lewis**, Bernard “*A crise do Islão – Guerra Santa e Terror Ímpio*”, Edições Relógio D’Água, 1ª edição, Janeiro, 2006

**Lewis**, Bernard, *O Médio Oriente e o Ocidente, O que correu mal?*, Gradiva, 1º edição, 2003

**Martini**, Gus “*Understanding Terrorism, Challenges, Perspectives and Issues*”, Sage Publications, 2003

**Mead**, Walter Russull, “*Henry Kissinger – Does America need a foreign policy? – Toward a Diplomacy for the 21st Century*”, Published by Simon and Schuster, New Ypork, Edição 2002

**Moreira**, Adriano (Coord.), *Terrorismo*, Almedina, 2004

**Moreira**, Adriano (Coord.), *Informações e Segurança*, Prefácio, 2004

**Napoleoni**, Loretta, “*Qui finance le terrorisme international?*”, Collection Frontières, 1ère edition, 2004

**Pinto**, M<sup>a</sup> do Céu, *“Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão”*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro de 2003

**Pinto**, M.<sup>a</sup> do Céu (coord.), *“O Islão na Europa”*, Edições Prefácio, 1<sup>a</sup> Edição, Março 2006

**Ramonet**, Ignacio, *Guerras do Século XXI, Novos medos, novas ameaças*, Campo das Letras, 1<sup>a</sup> Edição, 2002

**Scheuer**, Michael, *“Orgulho Imperial”*, Edições Sílabo, 1<sup>a</sup> Edição, 2005

**Zakaria**, Fareed, *“O Futuro da Liberdade”*, Edições Gradiva, 1<sup>a</sup> Edição, Julho, 2004

### **Publicações:**

Studies in Conflict Terrorism, Taylor and Francis, Vol. 28 Nº 1, Jan-Feb, 2005

Studies in Conflict Terrorism, Taylor and Francis, Vol. 28 Nº 2, Mar-Apr, 2005

Middle East Policy, Middle East Policy Council, Vol. XII Nº 2, Summer 2005

Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, nº101 2<sup>a</sup> Série, Primavera 2002

Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, Número Extra Série, Dezembro 2002

Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, nº 109 2<sup>a</sup> Série, Outono-Inverno 2004

Seminário Religiões Segurança e Defesa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999

Terrorism and Political Violence, Routledge, Vol. 17 Nº 3, Spring/Summer 2005